

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA GRAMSCIANA
E A GESTÃO PÚBLICA

BRUNO BERNARDES TEIXEIRA

São Paulo
2014

BRUNO BERNARDES TEIXEIRA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA GRAMSCIANA
E A GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientadora: Prof^ª D^{ra} Maria Cristina Briani

São Paulo
2014

RESUMO

Este trabalho configura um ensaio teórico que teve como objetivo fazer uma reflexão acerca do movimento da economia solidária, com base nos conceitos de Antonio Gramsci a respeito da hegemonia, sociedade civil, vontade coletiva e guerra de posições. Para isso fez-se um levantamento bibliográfico de autores que analisaram a obra de Gramsci e sintetizou-se os principais conceitos. Posteriormente fez-se uma análise da Economia Solidária, movimento que nas últimas duas décadas vem crescendo em tamanho e importância, devido à sua lógica de alternativa ao capitalismo, e também por representar uma estratégia de geração de trabalho e renda. A reflexão propõe que o movimento da economia solidária se caracteriza como um movimento contra-hegemônico de acordo com as teorias de Gramsci. Ou seja, o movimento proposto pela classe operária que culminou com a criação da economia solidária pode ser considerado um meio para concretização da teoria de Gramsci de construir um novo projeto de civilização a partir da construção de uma democracia de “baixo para cima”. No entanto, no Brasil, a Economia Solidária ainda está em processo de desenvolvimento e se apresenta através de iniciativas isoladas. Dessa forma, este trabalho também analisa a evolução das políticas públicas de economia solidária e como a gestão pública vem incorporando esse tema.

Palavras-chave: economia solidária, Gramsci, gestão pública.

Sumário

1	Introdução.....	5
2	Metodologia.....	8
3	O pensamento de Gramsci.....	9
4	O movimento da economia solidária.....	13
5	Gramsci e a Economia Solidária.....	17
6	Economia solidária e a gestão pública.....	20
7	Considerações finais.....	25
	Referências bibliográficas.....	27

1 Introdução

A terminologia economia solidária foi criada por volta de 1990 por produtores, consumidores e cidadãos adeptos a um tipo de atividade econômica, que reúne organizações baseadas em princípios como cooperação, igualdade, autonomia e gestão democrática (Laville; Gaiger, 2009).

No entanto, iniciativas econômicas formadas por uma vontade coletiva e que atuam por meio da colaboração entre os membros e entre as organizações, não são recentes e datam de séculos atrás. A maior parte foi criada no fim do século XVIII, juntamente com a Revolução Industrial e o estabelecimento do modo de produção capitalista.

Dentre os exemplos de iniciativas ao redor do mundo, encontram-se as cooperativas de produção e consumo criadas na Europa, como as comunas da União Soviética e presentes também na China; as aldeias ou *kibutz* criadas em Israel; as cooperativas de crédito nos EUA; práticas autóctones na América Latina; e outras formas de organização concebidas pela associação de pessoas que em atuação conjunta buscam tanto sanar seus problemas de trabalho e renda quanto a obtenção de benefícios sociais e culturais (Laville; Gaiger, 2009).

Grande parte dos autores aponta o cooperativismo operário nascido na Europa e posto em prática principalmente pelo também pensador socialista Robert Owen (1771-1859), como o principal marco da organização e disseminação de iniciativas coletivas baseadas na cooperação (Rech, 2000; Singer, 2003; Laville; Gaiger, 2009).

Diante da realidade e contexto de cada país, as iniciativas sofreram adaptações, tendo evoluído em alguns e se degenerado em outros. A atenção a essas experiências volta a ter força com a crise do trabalho ocorrida na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos anos 80 e 90 do século XX (Singer, 2002). É neste contexto, que o termo economia solidária foi cunhado na tentativa de agrupar as diversas experiências que possuíam em comum o princípio da solidariedade em sua forma de gestão.

Assim, a principal perspectiva que explica o surgimento e evolução da economia solidária refere-se a uma reação dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho na busca por uma alternativa ao modo de produção capitalista. Seu embasamento teórico parte do pensamento socialista e dos movimentos cooperativos da classe trabalhadora que evoluíram ao longo dos anos.

Por outro lado, há uma perspectiva que explica a economia solidária, em específico as cooperativas, como uma medida corretiva dos efeitos do sistema capitalista e que coexiste com o mesmo (Rech, 2000). Essa medida de correção do sistema, gerando um “novo sistema

capitalista”, defendida pelos “liberais e fisiocratas capitalistas”, acarretou na organização cooperada de grande parte da população no século XX, principalmente no norte da Europa e EUA (idem, p.15). No entanto, a maioria das cooperativas criadas sob essas condições hoje se assemelham a empresas capitalistas, devido à predominância do capital sobre o trabalho e à imposição de uma minoria sob a maioria, dificultando a instauração do pensamento coletivo. As cooperativas que se afastam dos princípios da economia solidária, são comumente chamadas de cooperगतos ou cooperfraudes.

Atualmente, a economia solidária vem ganhando importância e destaque por ser utilizada como uma estratégia governamental de combate ao desemprego e à exclusão social. Este trabalho vai além da visão da economia solidária como medida pontual paliativa das mazelas do capitalismo e a considera um *movimento* social em busca de um modo de produção *alternativo* ao capitalista que busca sua consolidação como pensamento *dominante*.

Considerando essa perspectiva da economia solidária, **o objetivo deste trabalho é fazer uma discussão relacionando o movimento da economia solidária com a teoria política de Gramsci e uma análise sobre como a gestão pública vem absorvendo esse tema.** As formulações teóricas de Antonio Gramsci, italiano, filósofo, ativista e teórico político do início do século XX, são coerentes e pertinentes à análise e reflexão de movimentos sociais oriundos de classes subalternas na tentativa de instaurar um sistema alternativo ao dominante.

Diversos são os trabalhos que estudam o pensamento gramsciano devido à sua relevância, atualidade e universalidade (Coutinho, 2007). São encontrados estudos sobre a relação entre as reflexões de Gramsci e questões contemporâneas como a educação (Magrone, 2006), o direito global (Buckel; Fischer-Lescano, 2009), além de trabalhos que discutem de forma aprofundada os conceitos elaborados por Gramsci como Nogueira (2003); Paulson, Gezon e Watts (2003); Coutinho (2007); Simionatto (2009) e outros. Semeraro (2007) realizou um ensaio sobre os conceitos de libertação de Paulo Freire e hegemonia de Gramsci no contexto das lutas populares no Brasil e na América Latina.

O trabalho de Karriem (2007) se aproxima do trabalho aqui proposto, pois faz uma análise do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) sob a ótica gramsciana. O autor permaneceu nos assentamentos do MST durante o período de 2004-2006 e fez um levantamento histórico da evolução do movimento, fazendo associações com os conceitos propostos por Gramsci. A partir disso, o autor afirma que o MST se caracteriza como um ator

contra hegemônico na política brasileira e que atingiu a condição de movimento nacional por meio de um processo gradual e que se iniciou no âmbito territorial.

Inspirando-se na ideia de relacionar o MST com os conceitos de Gramsci, esse trabalho foi idealizado, na tentativa de buscar na teoria de Gramsci características que pudessem descrever a Economia Solidária como movimento contra-hegemônico e verificar segundo a teoria a forma de fomentar esse movimento para que ele possa causar impactos representativos na sociedade.

Além disso, é essencial que ideias autônomas oriundas do povo organizado, como o modelo da economia solidária, tenham a devida inserção em uma disputa ideológica e política a favor de políticas públicas que satisfaçam suas necessidades e interesses coletivos, num processo contínuo de construção de hegemonia.

Ademais, não existem direitos sociais sem políticas públicas que os concretizem e a implementação dos direitos através das políticas deve ser papel do Estado. Pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado na condução das políticas públicas, pois ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade.

Dessa forma, este trabalho apresenta um histórico sobre a implementação da economia solidária através de políticas públicas, bem como suas perspectivas, afim de reconhecer como a gestão pública democrática popular pode contribuir para a construção de uma hegemonia que viabilize o avanço da economia solidária no país.

O trabalho está dividido em sete tópicos, incluindo esta introdução. O próximo tópico relata brevemente a metodologia empregada neste ensaio. Em seguida faz-se uma exposição dos conceitos teóricos de Gramsci e do movimento da economia solidária, finalizando com a relação entre os conteúdos abordados. Depois disso, vem um tópico sobre economia solidária e políticas públicas. Por fim, o último tópico possui as considerações finais desta discussão.

2 Metodologia

Perante o objetivo do trabalho, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória (Gil, 2002), pois visa proporcionar maior familiaridade com o pensamento de Antonio Gramsci relacionado ao movimento da economia solidária e esta com a gestão e políticas públicas. Neste ensaio, busca-se fazer uma reflexão sobre um movimento social que ressurgiu nas últimas duas décadas e vem crescendo em tamanho e importância, devido à sua lógica de alternativa ao capitalismo, e também por representar uma estratégia de geração de trabalho e renda.

Dentre os procedimentos técnicos utilizados, destaca-se o levantamento e análise bibliográfica de publicações científicas sobre a temática da economia solidária, especialmente no Brasil. Além da reflexão apresentada, este trabalho busca, inclusive, ampliar o acervo sobre o tema da economia solidária vista como um movimento de projeto alternativo de sociedade e sobre como o Brasil tem incorporado este tema na agenda pública.

3 O pensamento de Gramsci

As anotações feitas por Antonio Gramsci durante a prisão na época da Itália fascista deram origem aos chamados Cadernos do Cárcere, que apesar de seu caráter fragmentário, possuem formulações teóricas importantes tanto para a época quanto para a atualidade. Além dos Cadernos, outras obras pré-carcerárias de Gramsci abordam conceitos estudados até hoje, como hegemonia, sociedade civil, guerra de posições, vontade coletiva e outros.

O intuito da utilização do pensamento de Gramsci no presente estudo deve-se ao fato de que em sua abordagem ele favorece o entendimento da forma como a elite mantém o poder, e analisa a forma utilizada pelos movimentos populares na criação de projetos contra-hegemônicos. De acordo com Simionatto (2001) durante toda a trajetória de vida de Gramsci, encontra-se em seu pensamento a inquietação relacionada com a construção de um novo projeto para civilização, que supere os desafios da modernidade e promova a construção de uma democracia “de baixo para cima”, envolvendo o elo econômico, político e social.

Inicialmente discute-se a questão da hegemonia segundo a ótica de Gramsci. De acordo com Karriem (2009) na teoria de Gramsci a superioridade da classe dominante é derivada de dois fatores: coerção e consentimento, ou seja, a hegemonia conquistada de uma classe sobre a outra se dá ao passo que são atendidos alguns interesses da classe dominada que a partir disso concede ou é persuadida a conceder às idéias da classe dominante, aceitando-as como senso comum.

Ainda segundo o autor, a hegemonia se exercita no senso comum, mas é baseando-se nele que se dá a criação das ideias contra-hegemônicas. Persaud (2001) apud Katz (2007) argumenta que a hegemonia depende da contra-hegemonia, uma vez que devem ser consideradas como “movimentos duplos e simultâneos”, ou seja, se tratam de processos recíprocos e em constante mudança. Assim, a hegemonia possibilita a formação da contra-hegemonia, e esses ideais contra-hegemônicos estimulam o realinhamento e reorganização das forças hegemônicas criando uma dinâmica que busca o equilíbrio.

Dessa forma, Karriem (2009) argumenta que a hegemonia nunca é absoluta, uma vez que sempre existem forças opostas que contestam o senso comum e forçam a constante renovação da hegemonia para absorver pressões internas e externas. Essa constante renovação pode se dar de duas formas, através do campo de batalha onde a hegemonia é ganha, mantida e contestada, e a segunda forma seria a hegemonia forjada para a sociedade civil.

Nesse ponto entra no contexto a necessidade de compreender o conceito de sociedade civil na visão de Gramsci. Magrone (2006) discute que a visão a respeito da sociedade civil é

um conceito chave para entender a dinâmica da hegemonia. O autor comenta que na teoria de Gramsci a sociedade civil é o palco da luta de classes para exercer a hegemonia cultural e política sobre a sociedade como um todo. Gramsci considera que a sociedade civil corresponde ao domínio da ideologia, e dessa forma ao assegurar o consenso socialmente aceito é possível estabelecer a hegemonia, o poder econômico e político (Coutinho, 2003).

Extrapolando a visão de superestrutura de Marx, Magrone (2006) discute que segundo a ótica de Gramsci, a sociedade civil e política teoricamente ocupariam posições opostas. Segundo o autor, a sociedade política diz respeito aos aparelhos de coerção do Estado (poder judiciário, forças policiais e militares) e realizam a função de dominação ou comando das classes subordinadas. Ela é acionada em duas situações: quando as classes subalternas recusam o consenso do poder dirigente e necessitam ser controladas através da coação legal, e a segunda seria quando a sociedade civil não mais aceita ser controlada pela classe dirigente, e ocorre um predomínio temporário da sociedade política na tentativa de manter a ordem até que se atinja um novo equilíbrio.

No entanto, Gramsci considera que a sociedade política é uma extensão da sociedade civil (Gramsci, 2001; 2000 apud Magrone, 2006), e que na realidade prática não se admite uma divisão funcional entre as duas esferas da superestrutura. Na visão de Portelli (1987:32) apud Magrone (2006), “Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável sua dominação.”

Essa noção de complementaridade das sociedades civil e política possibilitou a Gramsci que ampliasse o conceito de Estado de Marx. Magrone (2006) pontua que na visão de Gramsci o Estado é definido por meio do equilíbrio entre a hegemonia ideológica e a dominação política interna à superestrutura (união da sociedade civil com a política).

Karriem (2009), Magrone (2006) e Coutinho (2003) comentam que a relação Estado e sociedade civil pode ser verificada na forma como deve se manifestar os movimentos contra-hegemônicos. A estratégia a ser adotada pela sociedade dominada deve corresponder ao grau de desenvolvimento da sociedade civil. Naqueles países em que a sociedade civil é pouco desenvolvida, o Estado centraliza o poder e, portanto, para conquistar a hegemonia é necessário realizar um ataque frontal (guerra de movimento), no entanto quando é notável o desenvolvimento da sociedade civil, o poder é nela difundido, e para conseguir uma posição contrária a hegemonia preponderante, é necessário adotar uma estratégia mais prolongada, como a guerra de posições. Para o bom funcionamento dessa última estratégia, é necessário

que a força contra-hegemônica promova os interesses de sua própria classe e leve em conta demandas populares nacionais. Ao se alinhar com demandas de sua própria classe, a força contra-hegemônica entra em lutas políticas e ideológicas que motivam diferentes grupos sociais para ir contra o senso comum dominante.

Violin (2006) e Coutinho (2003) explicam que na teoria gramsciana a concepção ampliada do Estado nasce nas sociedades ocidentais (por ele definidas no auge da disputa entre capitalismo e socialismo, as sociedades ocidentais seriam as capitalistas para as quais predominaria a guerra de posição). Nelas o Estado ampliado surgiria a partir da junção de duas esferas, a sociedade política e a sociedade civil. Bobbio (1999) indica que a sociedade civil em Gramsci é diferente do conceito de Marx, pois não pertencente à estrutura, mas sim à superestrutura. Com base nisso é que é possível determinar o conceito de Estado Integral que trata da união de duas esferas, a da coerção e a da hegemonia.

A influência da sociedade sobre a hegemonia que acaba levando a sua constante mudança, do ponto de vista ético-político representa a construção de um novo bloco histórico, para Gramsci esse momento é denominado como “catarse”. Conforme cita o autor, na sua visão pode-se utilizar o termo catarse:

(...) para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (Gramsci, 1977:1244 apud Simionatto, 2001).

Esse momento de mudança da motivação econômica para a ético-política (catarse) é mediada pela vontade coletiva. A definição de Gramsci a respeito desse conceito relaciona-se a tomada de consciência da necessidade que posteriormente é transformada em práxis transformadora. Esse conceito na visão de Moraes (1999) e Coutinho (2003) é indispensável para que seja construído um movimento revolucionário (contra-hegemônico), e sua construção depende do abandono do modo de pensar corporativo predominante nas classes sociais originário das relações sociais com a sociedade burguesa. A partir disso é possível iniciar a construção de uma nova hegemonia, processo esse que exige compromissos de

classe, superar interesses particulares, incluir várias frações de classes. Essa superação do modo de ser e pensar permite que a vontade coletiva avance e delineie uma nova consciência que culmina na prática política.

Gramsci pontua também a respeito dos autores que conduzem a formação dos movimentos revolucionários. Na sua concepção, os intelectuais assumem o protagonismo na articulação do partido contra-hegemônico. Para ele, os membros de uma coletividade devem ser considerados intelectuais, não pelo seu nível cultural, mas sim pelas funções que exercem. Na sua visão são dois tipos de intelectuais, o intelectual tradicional (autônomo e independente mesmo quando a classe a que pertence não existe mais) e o intelectual orgânico (busca dar coesão e consciência a uma classe emergente). Para ele ambos são instrumentos de consolidação de uma vontade coletiva.

Simionatto (2001) ressalta que Gramsci não é culturalista, mas preocupa-se com o desenvolvimento da cultura política, componente necessária à crítica da ordem das coisas. Para ele a realização da crítica requer cultura, no entanto essa não se define pela simples aquisição de conhecimentos, mas sim pela habilidade de tomar partido, adotar uma posição e lutar pela liberdade. Dessa forma na visão dele existe uma relação entre cultura e transformação da realidade, pois através da “conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (Gramsci, 1975:24 apud Simionatto, 2001). A partir dessa visão de Gramsci é possível entender e encontrar as bases para o conceito de intelectual de Gramsci.

A rica teoria desenvolvida por Gramsci aborda diversos outros conceitos como a questão de ecologia política que refere-se à disputa por recursos naturais que é dominada por um consenso e portanto a hegemonia que determina o acesso aos recursos. Os movimentos contra-hegemônicos podem se basear nessa questão para liderar uma quebra no senso comum e provocar a formação de uma nova ordem. Além disso, existem outras teorias, mas que sempre acabam de alguma forma se referindo ao conceito de hegemonia. Sendo assim, nesse ensaio restringe-se a explanação dos conceitos que podem ser diretamente relacionados com o movimento em questão: a economia solidária descrita a seguir.

4 O movimento da economia solidária

É reconhecido que o modo de produção capitalista gerou externalidades negativas, principalmente na esfera social, que vem sendo estudadas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como ciências políticas, sociais, economia e administração. Dentre os principais efeitos sociais, é possível apontar altas taxas de desemprego, parte considerável da população excluída do mercado de trabalho, acentuada desigualdade de renda entre estratos da população, alienação do trabalho, desvalorização do trabalho e valorização do capital produzido, além da mudança de valores e comportamento da sociedade, como alto padrão de consumo, individualismo e competição a qualquer custo.

A partir desta conjuntura econômica e social, surgem iniciativas da população para tentar sanar parte destes problemas, e algumas para reinventar a forma de se conduzir os meios e relações de produção. Esta “outra economia” é um termo largamente utilizado e possui diversas definições, sendo para Singer (2002:10), “um outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Estes princípios básicos do modo de produção da economia solidária unem todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores disseminando valores como cooperação e igualdade, já que os trabalhadores detêm o capital de forma igualitária ocorrendo a repartição dos ganhos ou prejuízos entre os membros (Singer, 2002).

As raízes da economia solidária datam do fim do século XIX, pouco depois do surgimento do capitalismo industrial. A propagação de máquinas nas indústrias ocasionou demissões em massa, deixando milhares de trabalhadores desempregados. Somada a esta situação, a exploração do trabalho por meio de baixos salários e longas jornadas de trabalho impulsionou o surgimento de diversas iniciativas contrárias ao capitalismo.

Esse movimento da classe operária, que teve apoio de alguns pensadores como Robert Owen (Inglaterra, 1771-1859), Charles Fourier (França, 1772-1827), Conde de Saint Simon (França, 1760-1825) e Ferdinand Lasalle (Alemanha, 1825-1864), acontecia de forma quase simultânea em diversos países do mundo que passavam pela mesma situação (Singer, 2002; Rech, 2000).

Na França, associações de operários que se auto-ajudavam deram origem às cooperativas de produção (Rios, 1989). Já na Inglaterra, em 1844, foi criada por 28 tecelões a primeira cooperativa oficial denominada Sociedade dos Probos de Rochdale, que se tornou referência do cooperativismo autêntico, por seus princípios morais e de conduta que orientaram a estrutura e as regras gerais de seu funcionamento (Galo, 2003). No Canadá e na

Itália foram criadas cooperativas de crédito, semelhantes às inicialmente criadas na Alemanha (Laville; Gaiger, 2009).

No Brasil, em uma situação um pouco diferente da Europa, o cooperativismo surgiu como um movimento das elites, num ambiente conservador e rígido, como política de controle social das reivindicações dos trabalhadores agrícolas (Rios, 1989; Rech, 2000). A regulamentação das cooperativas se deu por meio do Decreto 22.239/32 no governo intervencionista e paternalista de Getúlio Vargas, seguida pela Lei 5.764/71 feita pelos militares, impondo tantos limites que ao invés de estímulo, engessou o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro (Rech, 2000). Quase nada do cooperativismo ideológico europeu foi aplicado no caso brasileiro.

Os princípios originais estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale sofreram pequenas adaptações ao longo do tempo e hoje são tidos como os sete princípios do cooperativismo e também da economia solidária. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) aponta os sete princípios como sendo: (1) adesão voluntária e livre, (2) gestão democrática, (3) participação econômica dos membros, (4) autonomia e independência, (5) educação, formação e informação, (6) intercooperação e (7) interesse pela comunidade.

As diversas iniciativas possuíam em comum a solidariedade, atributo que diverge do individualismo competitivo característico do comportamento econômico nas sociedades de mercado (Singer, 2003; Laville; Gaiger, 2009). As múltiplas formas criadas compunham as cooperativas de produção e consumo, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, associações de pequenos produtores, dentre outras formas baseadas no trabalho associativo e coletivo. Os chamados socialistas utópicos como Owen, Fourier e Lasalle, viam nas cooperativas um instrumento para superação do capitalismo e instauração de uma nova ordem econômica e social (Rech, 2000).

A denominação atual para as iniciativas criadas no fim do século XIX são os chamados empreendimentos de economia solidária (EES), que podem atuar em diversos setores como de produção, serviços, comércio e crédito, e são representados pelas cooperativas, associações, grupos de produção, de consumo e clubes de trocas (Gaiger, 2003). A principal característica dos EES é a administração democrática que se caracteriza pela prática da autogestão, onde todos os sócios são responsáveis por participar das discussões acerca do empreendimento e definir quais decisões devem ser tomadas.

A gestão democrática corresponde ao princípio de que todos os colaboradores detêm todas as informações pertinentes ao empreendimento e que as decisões são tomadas com o

consentimento e levando em conta a opinião de todos (Singer, 2003). Tal princípio cooperativista – Controle, Organização e Gestão democrática – é definido a seguir:

As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, os quais participam ativamente da definição de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos para representar a sua cooperativa, respondem por suas responsabilidades, frente aos associados. Nas cooperativas de base, os associados têm igual direito de voto (um associado, um voto), sendo que as cooperativas de outros níveis devem se organizar com procedimentos democráticos (Rech, 2000:24).

A partir do fim do século XIX, o cooperativismo perdeu sua força como uma ferramenta de transformação social e econômica, devido à reconciliação dos trabalhadores ao trabalho assalariado e o conseqüente desinteresse dos membros das cooperativas pela autogestão (Singer, 2003; Lavielle; Gaiger, 2009). Também neste período, os sindicatos dos trabalhadores exerciam papel importante na sociedade e indústrias, amenizando a situação precária de trabalho e solucionando algumas reivindicações dos trabalhadores.

O ressurgimento da economia solidária e suas formas associativas de trabalho se dá no final do século XX e pode ser explicado por vários fatores: a transferência de indústrias para países com menor proteção ao trabalhador desencadeou novamente um cenário de baixos salários e condições abusivas do trabalhador; o colapso das experiências socialistas incentivou a criação de novas formas de intervenção e mudança; o exemplo de sobrevivência e sucesso de algumas organizações estimulou ativistas e teóricos a repensar no associativismo; e outros (Singer, 2002; Lavielle; Gaiger, 2009).

No Brasil, a crise do desemprego em massa com início em 1981 e agravamento com a abertura do mercado para as importações em 1990, marcam a volta da economia solidária (Singer, 2003). Pode-se dizer então que a economia solidária é bastante recente no contexto brasileiro, já que inicialmente, as iniciativas de cooperação surgiram em uma conjuntura de repressão e controle social das elites e governos da época. O renascimento da economia solidária contou com o apoio de instituições governamentais e da sociedade em forma de entidades, movimentos e, especialmente, universidades.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a maior representação da economia solidária são as fábricas recuperadas, que são fábricas decretadas falidas e que passaram a ser controladas e

geridas pelos próprios funcionários por meio da autogestão e dos princípios de igualdade e coletividade. Desse movimento criou-se neste período (1995), a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que vem representando e assessorando empresas e empreendimentos de autogestão em diversos setores da economia em todo o Brasil.

A criação pelas universidades das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) permitiu a aproximação dos empreendimentos com o conhecimento das universidades, fornecendo assim suporte e assessoria prática e teórica aos empreendimentos envolvidos com a economia solidária. A Unitrabalho é a fundação que reúne e integra as incubadoras brasileiras, permitindo a troca de experiências entre elas. Outras entidades e movimentos importantes para a economia solidária no cenário brasileiro são o MST na luta pela reforma agrária e que se utiliza da autogestão para organizar seus assentamentos, a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) da central sindical dos trabalhadores, entidades religiosas como a Cáritas, e as iniciativas pontuais de prefeituras que viabilizam e incentivam a economia solidária em seus municípios (Singer, 2003).

Na esfera pública federal, o incentivo ao movimento da ES se consolidou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à ES em todo o território nacional. Juntamente, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se tornou um interlocutor com a SENAES, responsável por apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária no país (SENAES, 2010).

5 Gramsci e a Economia Solidária

A relação entre a economia solidária com a teoria de Gramsci é muito intensa, uma primeira característica que permite relacionar os dois contextos é a questão da contra-hegemonia como forma de dinamizar o senso comum. A própria formação da Economia Solidária, baseando-se em conceitos de propriedade coletiva e direito à liberdade individual propostos pela “outra economia” representa uma plena expressão de um ideal contra-hegemônico à dinâmica dominante do capital. O movimento proposto pela classe operária que culminou com a criação da economia solidária pode ser considerado um meio para concretização da teoria de Gramsci de construir um novo projeto de civilização a partir da construção de uma democracia de “baixo para cima”.

Outro ponto alto dessa relação pode ser encontrado na ligação dialética proposta por Gramsci entre o conceito da classe subalterna com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia (Simionatto, 2009). Como exposto, a hegemonia é o meio de ação do Estado para impor suas práticas sobre a sociedade civil de forma coercitiva, ou seja, a sociedade civil é o palco onde se exerce a hegemonia cultural e política, assegurando o consenso e com isso o estabelecimento do poder econômico e político sobre a sociedade como um todo. Assim, quando se fala em classes subalternas, no contexto da economia solidária, refere-se aos indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou ainda, os indivíduos inseridos no mercado de trabalho, mas não satisfeitos com as condições a que estão submetidos.

Para que as classes subalternas deixem de ser subalternas é necessário um pensamento crítico e a construção de novas formas de concepção de mundo, para assim, produzir uma contra-hegemonia (Simionatto, 2009). É imprescindível então, que as pessoas se tornem críticas da realidade, compreendam seu papel na sociedade, assim como as relações de poder, as motivações e as formas como o poder é estabelecido. Esse papel a ser exercido é extremamente relevante para a consolidação e desenvolvimento da hegemonia uma vez que ela depende diretamente da contra-hegemonia, já que na visão de Gramsci hegemonia e contra-hegemonia são processos recíprocos e em constante mudança.

Neste sentido, pode-se dizer que a economia solidária vai ao encontro do pensamento gramsciano. Desde sua criação, estão envolvidos no movimento pensadores críticos às consequências do sistema capitalista, além do movimento possuir como um de seus princípios de gestão e conduta a *educação, formação e informação*. Este princípio diz respeito tanto aos membros dos empreendimentos quanto à sociedade como um todo. Os empreendimentos devem se preocupar com o esclarecimento e capacitação dos seus membros sobre o próprio

movimento da economia solidária, seu contexto de formação e objetivos. O princípio de *adesão livre e voluntária* permite que qualquer pessoa possa se associar às organizações associativas, fazendo com que de forma implícita, seja necessária a auto compreensão do que significa o movimento e o contexto que está inserido. Essa capacidade de esclarecimento da realidade favorece que a classe subalterna crie uma nova cultura, uma nova ideologia e com isso busque a criação e implementação de um novo senso comum (Simionatto, 2009).

Neste contexto, pode-se dizer também, que ao formar e educar as pessoas do movimento estão sendo formados os intelectuais. Na visão de Gramsci os membros de uma coletividade são considerados intelectuais orgânicos não pelo seu nível cultural, mas sim devido as funções que exercem. São os intelectuais que nascem em determinada classe social, conhecem a cultura e abordagem da população e no caso em questão, são pessoas envolvidas no movimento da economia solidária. Na visão de Gramsci o poder do intelectual se manifesta na sua capacidade de criticar, e para isso ele precisa ter habilidades para tomar partido, lutar por uma posição. No Brasil, a economia solidária ressurgiu a partir do apoio de instituições governamentais e da sociedade em forma de entidades, movimentos e, especialmente, universidades que se alinharam à população e promoveram as iniciativas; dessa forma no Brasil o desenvolvimento do movimento se deu de forma peculiar, envolvendo não somente os intelectuais orgânicos, mas também os tradicionais.

O pensamento de Gramsci propõe que para uma classe se tornar dirigente, ou seja, hegemônica, ela antes deve ser tornar classe nacional. A classe nacional se expressa por uma vontade coletiva nacional popular, ou seja, deve possuir uma iniciativa política que englobe os estratos sociais de uma nação, e não somente os seus interesses individuais. O movimento da economia solidária, ao se preocupar e estabelecer relações com outras classes sociais caminha em direção a se tornar uma classe nacional.

No Brasil, isso ocorre, pois o movimento da economia solidária possui relações com outros movimentos sociais que também lutam pela transformação da sociedade e contra a exclusão social consequência do sistema dominante. O próprio Ministério da Saúde elaborou um documento em 2005 que busca convergir as ações da Área Técnica de Saúde Mental e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio de programas e criação de incubadoras de apoio à geração de renda e trabalho em saúde mental (Brasil, 2005), além da manutenção de uma Rede de Saúde Mental e Economia Solidária. O movimento da economia solidária também possui ligação com os movimentos sociais em defesa da mulher como a Marcha Mundial das Mulheres, contra o racismo como o Movimento Negro Unificado, em prol da

cultura como o Circuito Fora do Eixo, e outros movimentos que variam em dimensão e abrangência, mas que possuem em comum a transformação dos valores e relações que predominam na sociedade.

De forma geral, o movimento da economia solidária vem adotando a estratégia da guerra de posições proposta por Gramsci. Em um país com características ocidentais, em que a sociedade civil é forte, organizada e possui certo equilíbrio com a sociedade política, faz-se necessário adotar uma estratégia mais longa e lenta para o embate com o sistema dominante.

Para a consolidação do movimento da economia solidária como sendo contra-hegemônico, o movimento se articula com diversos atores da sociedade fortalecendo assim sua vontade coletiva e sua condição de classe nacional. Exemplos de atores envolvidos são as universidades por meio das Incubadoras, as organizações da sociedade civil, os empreendimentos de economia solidária, as agências de apoio e fomento e até organizações do setor privado. Uma das formas de operacionalizar essa articulação é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), rede que permite a troca de informações e experiências por todo o Brasil. Outras instâncias aonde a economia solidária vem ganhando espaço são os governos municipais, estaduais e federal, através da institucionalização do tema e concretização de suas bandeiras em políticas públicas.

6 Economia solidária e a gestão pública

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor (Schwengber, 2004).

Não há como negar que a economia solidária é uma estratégia própria da sociedade civil. Contudo, com a chegada ao poder local das “forças democrático-populares”, passou a ser incorporada também na agenda dos governos. Foi no final da década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária (Schiochet, 2009). O primeiro programa realmente estruturado surgiu com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo do Rio Grande do Sul no mandato de 1998-2002. Trata-se do Programa de Economia Popular Solidária, o qual foi o primeiro no país a enquadrar a questão da economia solidária como política pública. Da mesma forma, o Programa Oportunidade Solidária, implementado na gestão municipal Marta Suplicy em São Paulo, foi um programa de destaque devido ao grande desafio de ser implantado na maior metrópole do país (Silva; Nagem, 2011). Assim, a economia solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil.

Em âmbito nacional, o Governo Federal criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, cuja finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social (SENAES, 2014).

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária (SENAES, 2014).

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, formulado e implementado pela SENAES marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que

demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. Foi neste contexto, e a partir das demandas do próprio movimento da economia solidária, que o Governo Federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária (SENAES, 2014).

Desde então, a economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária. (SENAES, 2014).

Neste sentido, a constituição da Rede de Gestores destas políticas permitiu um salto de qualidade para o debate e as práticas das agora denominadas “políticas públicas de economia solidária”. Isto porque a iniciativa dos gestores de dialogarem entre si, trocarem experiências, saber o que estava sendo implementado nos municípios e estados e realizar avaliações críticas foi consolidando uma compreensão de que havia unidade na diversidade. A Rede de Gestores foi fundamental para construir um processo de identidade do que se entende hoje por política pública de economia solidária (Schiochet, 2009).

Tal acúmulo de práticas e reflexões foi fundamental para a elaboração do texto-base da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 (I CONAES). Com as deliberações da conferência, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país. A própria conferência, juntamente com a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária configuram uma nova institucionalidade no Brasil para as políticas de economia solidária (Schiochet, 2009).

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, e foi importante para afirmar os fundamentos e a identidade da economia solidária enquanto estratégia geradora de trabalho emancipado e como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas vigente no atual sistema (CNES; SENAES, 2013).

A II Conferência foi realizada no ano de 2010 com o propósito de refletir sobre os avanços, limites e desafios sobre o tema. Os participantes reconheceram os acúmulos conquistados no período, frutos de um processo de mobilização social e de várias iniciativas governamentais. Entretanto, apesar desses avanços, as políticas pública de economia solidária ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência. Para avançar na consecução de políticas pública de ES, foi colocada a necessidade de seu reconhecimento como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção, e também como dever do estado. Dessa forma, a Conferência apontou para a necessidade de institucionalização e ampliação das políticas públicas de ES, tornando-a permanente na estrutura do Estado brasileiro, criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária que articule iniciativas dos diversos entes governamentais e sociedade civil, facilitando a intersectorialidade e integração entre diferentes políticas que contribuem para evolução do tema, e também a necessidade de criação de um Fundo Nacional de Economia Solidária para financiamento da política. A partir dessa Conferência, foi desenhado o projeto de lei que cria a Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária, o qual tramita no Congresso Nacional desde 2012 (CNES; SENAES, 2013).

Por fim, em 2013 foi convocada a III Conferência Nacional que deverá ter como discussão central a elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária, contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos, de ação, programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da ES no país (CNES; SENAES, 2013).

Dessa forma, conclui-se que as Conferências de Economia Solidária seguem um roteiro que passa pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária (I CONAES), seguida da afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado, bem como formulação da Política Nacional (II CONAES). E esse roteiro deve ter sequência, demonstrado a evolução da economia solidária no âmbito da gestão pública, na III CONAES, a ser realizada em 2014, e que deverá elaborar o Plano Nacional (CNES; SENAES, 2013).

Apesar das comentadas evoluções, as gestões que iniciam a construção de políticas públicas de economia solidária nos municípios, estados ou no nível federal se deparam com um cenário complexo demarcando a paisagem. Trata-se de uma política pública que não tem uma priorização nos movimentos sociais dos territórios, não tem uma priorização nos programas de governo. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os

graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade (Schwengber, 2004).

O que se percebe é que, até o momento, o acúmulo de forças permitiu pequenos avanços que ainda não a colocam na centralidade das Políticas Públicas. Um exemplo disso são as longas e várias tentativas para aprovação de um texto final e encaminhamento de votação de nova lei para o cooperativismo, ainda não votada – a lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971. Esta circunstância é importante por ser o Brasil uma República Federativa em que estados e municípios devem elaborar legislações estaduais e municipais que não sejam contrárias à legislação federal. Ainda no nível federal fica o desafio da aprovação de uma lei geral para a economia solidária, não tendo também se conseguido avançar na constituição de um fundo de fomento que dê apoio a essas iniciativas. O acúmulo de forças até aqui não permitiu que fossem propostas alterações na Lei no 8.666, a Lei de Licitações, que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras públicas (Praxedes, 2009).

Um tema central para a construção de políticas é o acesso a fundos públicos que financiem a política. No âmbito federal, a economia solidária não conseguiu constituir um fundo público desse tipo, nem ao menos acessar fundos públicos já constituídos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entretanto, outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de economia solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Como parte da estratégia nacional temos ainda a implementação dos centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela SENAES em parceria com municípios e governos estaduais. Os centros se constituem em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território (Praxedes, 2009).

Ainda muito recente no desenvolvimento das políticas, outra experiência é a implementação de Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária, criadas no âmbito de prefeituras municipais, a exemplo de Paulista – PE, Santo André – SP, Osasco – SP, Mesquita – RJ e as do Estado da Bahia. Até então, existiam no Brasil iniciativas ligadas às universidades e ao terceiro setor, com a função de apoiar e fomentar novos modelos visando à geração de trabalho e renda de forma coletiva (Praxedes, 2009).

Outra experiência que vem se ampliando é a dos Bancos Comunitários. Esses bancos desenvolveram uma tecnologia popular inovadora que permite, respeitando as especificidades de cada comunidade, oferecer à população local uma gama de serviços financeiros e bancários que, por sua própria dinâmica, estimula a formação de redes locais de produção e consumo (Praxedes, 2009).

Dessa forma, além da intensa interlocução com a sociedade civil, a política nacional de economia solidária também se caracteriza por apostar na transversalidade e na intersetorialidade, buscando articular-se às demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos (SENAES, 2014).

Por fim, entende-se que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório. Ela tem, antes, potencial também para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas outras políticas (Praxedes, 2009).

7 Considerações finais

No presente trabalho buscou-se fazer uma relação entre a economia solidária e a teoria de Gramsci que trata dos conceitos de hegemonia, sociedade civil, vontade coletiva e guerra de posições. Para isso inicialmente fez-se uma descrição da economia solidária, a forma como foi criada, os conceitos que a nortearam e a forma como ela se estabeleceu no Brasil. Pode-se verificar que ela não chegou ao Brasil adequando-se ao mesmo modelo proposto na Europa, onde foi fundada e manteve os mesmos motivos norteadores. Para analisar sua criação e consolidação utilizou-se a teoria de Gramsci uma vez que em sua teoria ele considera que os movimentos contra-hegemônicos são necessários para dinamizar a hegemonia, além disso, ele desenvolve a questão da obtenção da hegemonia através do consenso da sociedade civil, mas a coloca também como instrumento de mudança do modelo vigente.

Pode-se verificar ao relacionar os conceitos que a teoria de Gramsci apresenta um amplo aparato teórico para analisar a criação e desenvolvimento da economia solidária, caracterizando-a como um movimento contra-hegemônico. No entanto, um fator que dificulta a relação é o fato da economia solidária ainda se tratar de um movimento pequeno no Brasil cujo contingente de pessoas envolvidas ainda é pouco representativo. Apesar de estar crescendo desde a década de 1990, no Brasil as iniciativas da economia solidária ainda são isoladas e apresentam uma imensa diversidade entre elas.

Na visão de Gramsci, o processo de socialização das forças produtivas leva a uma socialização da participação política. A socialização das forças produtivas é conceito básico da economia solidária, ou seja, a propriedade coletiva dos meios de produção. O principal pensador da economia solidária Paul Singer (2003:13) coloca que ela é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, demonstrando que o movimento constitui uma batalha ininterrupta contra o sistema atualmente dominante (guerra de posições), que nasceu no fim do século XIX, ressurgiu no século XX e hoje vem ganhando destaque no cenário mundial e brasileiro.

Gramsci considera que a vontade coletiva é o que possibilita que um movimento contra-hegemônico consiga se estabelecer e influenciar a hegemonia vigente. A economia solidária vem criando laços com outros movimentos para absorver os interesses de outras classes sociais, mas é importante a contínua busca pelo aumento da influência e alcance do movimento, para que ele se consolide como contra-hegemônico e que a sociedade civil e a gestão pública os absorva por completo para influenciar a hegemonia vigente.

Nesse sentido, os recentes avanços que se tem obtido na institucionalização do tema e na elaboração e implementação de políticas públicas de economia solidária demonstram outra face da construção dessa hegemonia. Assim, as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

O caminho percorrido até aqui já concretiza e demonstra o avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para idealizarmos o modelo de desenvolvimento que desejamos. Modelo este que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas. A construção da hegemonia deve ser encarada como projeto fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e a organização social deve criar condições políticas democráticas para interagir com o Estado, institucionalizar direitos e conquistas, e implementar políticas públicas universalizadas e perenes.

Referências bibliográficas

Buckel, S.; Fischer-Lescano, A. **Reconsiderando Gramsci: hegemonia no direito global**. Revista Direito GV, São Paulo, v.5, n.2, p.471-490, jul./dez. 2009.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0661_M.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

Bobbio, N. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária; SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Contextualização e Balanço Nacional, Texto de Referência, 3ª CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária, 2013.

Coutinho, C.N. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 320 p.

_____. Partito, attualità e universalità di Gramsci. **Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**, Venezuela, v.12, n.37, p.11-32, abr./jun. 2007.

Gaiger, L.I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: Cattani, A.D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Galo, A.R. **Empreendimentos Econômicos Solidários: Alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2003.

Gil, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Karriem, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. **Geoforum**, v.40, p.316-325, 2009.

Katz, H. (2007). **Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global**. REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales, Vol.12, Junio 2007.

Laville, J-L.; Gaiger, L.I. Economia Solidária. In: Hespanha, P. (org) et al. **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

Magrone, E. **Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida**. Caderno Cedes, Campinas, v.26, n.70, p.353-372, set./dez. 2006.

Moraes, D. **O partido e a expressão da vontade coletiva**. Gramsci e o Brasil, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv80.htm>> acesso em 12 out. 2010.

Nogueira, M.A. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.52, jun. 2003.

Paulson, S.; Gezon, L.L.; Watts, M. Locating the political in political ecology: an introduction. **Human Organization**, v.62, n.3, p.205-217, 2003.

Praxedes, S.F. Políticas públicas de economia solidária: Novas práticas, novas metodologias. **Economia Solidária e Políticas Públicas**, IPEA, v.39, p. 57-62, 2009.

Rech, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Rios, G.S.L. **O que é Cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Schiochet, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: Breve trajetória e desafios. **Economia Solidária e Políticas Públicas**, IPEA, v.40, p. 55-59, 2009.

Schwengber, A. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: A contribuição da rede de gestores. 2004.

Semeraro, G. **Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.29, p.95-104, nov. 2007.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em 10 de abril de 2014.

Silva, S.P.; Nagem, F.A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: Uma análise do programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Texto para discussão, IPEA, 1682, 2011.

Simionatto, I. **A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro**. Revista Trilhas, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul. 2001.

_____. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Revista Katál, Florianópolis, v.12, n.1, p.41-49 jan./jun. 2009.

Singer, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A.R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.